



# Anais da Assembléia

Nº 098

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE JULHO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Su-  
plentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Bar-  
bosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti -  
Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães  
- Nelson Garcia; **Su-  
plentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho;  
**PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Na-  
mir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Su-  
plentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Piz-  
zato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos  
- Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Su-  
plentes:** Nilton César  
Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Su-  
plentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boi-  
ko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Su-  
plentes:** Lygia Lumina Pupatto -  
Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Su-  
plentes:** Delvino Longhi - Mário  
Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti  
- Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão;  
**Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral  
- Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo;  
José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 4.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**  
**REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 1993**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nilton Barbosa, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Toti Colaço.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Ovídio Constantino e Plauto Miró Guimarães.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Nilton Barbosa) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

Sob os n.<sup>os</sup> DTL/SAT/121 a 129 e 131 a 135/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.<sup>os</sup>:

050/93: De autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Rodovia AMARO GOMES MONTEIRO, o trecho rodoviário da PR-549, que liga a sede do Município de Fênix à BR-487 o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.340. **Anote-se. Arquivo-se.**

096/91: De autoria do Deputado Nilton

Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Advogados de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.341. **Anote-se. Arquivo-se.**

103/91: De autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Betânia - ASSEB, com sede e foro na cidade de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.342. **Anote-se. Arquivo-se.**

139/93: De autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Quinta do Sol, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.343. **Anote-se. Arquivo-se.**

143/93: De autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos "São Judas Tadeu", com sede e foro no Município de Quinta do Sol, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.344. **Anote-se. Arquivo-se.**

151/93: De autoria do Deputado Alceu Swarowski, que declara de Utilidade Pública a Fundação Comunitária de Desenvolvimento Integrado de Rio Negro - FUNDIR, com sede e foro na cidade de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.345. **Anote-se. Arquivo-se.**

152/93: De autoria do Deputado Alceu Swarowski, que declara de Utilidade Pública a Associação e Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.346. **Anote-se. Arquivo-se.**

168/93: De autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o "Hospital Santo Antonio", com sede e foro no Município de Guaraniaçu, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.347. **Anote-se. Arquivo-se.**

396/92: De autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Lar Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Céu Azul, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.348. **Anote-se. Arquivo-se.**

269/92: De autoria do Deputado José Tavares que, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Zaki Khouri, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.349. **Anote-se. Arquivo-se.**

259/93: De autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza estudos e projetos destinados à execução de pontes que liguem o território do Paraná aos Países vizinhos, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.350. **Anote-se. Arquivo-se.**

157/93: De autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza, conforme especifica a criação de escola que atenda exclusivamente aos surdos, o qual convertido em Lei

tomou o nº 10.351. **Anote-se. Arquivo-se.**

235/93: Do Poder Executivo, que acresce parágrafo ao art. 2º, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967 (programas BOM EMPREGO e PANELA CHEIA), o qual convertido em Lei tomou o nº 10.352. **Anote-se. Arquivo-se.**

256/93: do Tribunal de Contas, que cria os cargos que especifica, no Tribunal e Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.353. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob os nºs DTL/SAT/137, 138, 142, 144 e 145/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

030/93: do Poder Executivo, que autoriza, conforme especifica, a cessão aos Municípios do Estado do Paraná, de prédios ou parte de prédios estaduais, para fins de utilização como unidades escolares, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.354. **Anote-se. Arquivo-se.**

033/93: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a entidade Brasileira de Apoio, Orientação e Proteção para Menores Filhos de Presidiários - SOFRE, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.355. **Anote-se. Arquivo-se.**

308/93: Do Tribunal e Contas, que reajusta, no mês de julho de 1993, os vencimentos básicos dos Procuradores junto ao Tribunal de Contas e os cargos de Auditor do mesmo Tribunal, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.359. **Anote-se. Arquivo-se.**

307/93: Do Tribunal de Contas, que reajusta, no mês de julho de 1993, o vencimento básico de Conselheiro do Tribunal de Contas, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.361. **Anote-se. Arquivo-se.**

287/93: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores públicos e a conceder reajuste geral no mês de julho e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.362. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob os nºs DTL/SAT/120 e 130/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nºs 086/93 e 075/93, por julgá-los contrários ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs DTL/SAT/136, 139 e 140/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nºs 226/91, 155/93 e 093/93, por julgá-los inconstitucionais e contrário ao interesse público. **À Comissão**

**de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs DTL/SAT/142, 146 e 147/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE os Projetos de Lei nºs 291/93, 290/93 e 289/93, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº ATCC 4186/93, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, solicitando ao Governador do Estado, esclarecimentos sobre as tarifas da SANEPAR em 1992. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Sob o nº ATCC 4113/93, do Senhor Mauro Rocha - Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao Pedido de Informações dos Deputados Paulo Maia e Emilia Belinati, solicitando ao Governador do Estado, esclarecimentos sobre a transferência do IAP para Piraquara. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Sob o nº ATCC 4143/93, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações do Senhor Deputado Paulo Maia, solicitando esclarecimentos ao Secretário de Estado da Educação sobre o fornecimento de carteiras escolares para o Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha, não atendido, no município de Paranavaí. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Sob os nºs DTL/SAT/141, 148 a 165 e 180/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

182/93: De autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Fundação Fé e Alegria do Brasil - Regional Paraná, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.356. **Anote-se. Arquivo-se.**

137/93: De autoria do Deputado Namir Piacentini, que institui, no Estado do Paraná, o Dia da Habitação, a ser comemorado anualmente, aos 14 dias do mês de maio, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.357. **Anote-se. Arquivo-se.**

192/93: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.358. **Anote-se. Arquivo-se.**

140/93: De autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a

Associação dos Fumicultores e Agricultores de Rio do Sul, com sede no Município de Rio Azul, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.365. **Anote-se. Arquivo-se.**

180/93: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ilustríssimo Senhor Luiz Carlos de Andrade Lima, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.366. **Anote-se. Arquivo-se.**

193/93: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Dom Bosco, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.367. **Anote-se. Arquivo-se.**

133/93: De autoria do Deputado Dalton Machuca, que declara de Utilidade Pública a Creche Dom Geraldo Micheletto Pellanda, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.368. **Anote-se. Arquivo-se.**

124/93: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que altera a redação do "caput" do art. 2° da Lei n° 7568/82 que dispõe sobre o valor das pensões de viúvas de ex-Governadores revoga a Lei n° 9.182/90 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.369. **Anote-se. Arquivo-se.**

254/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 2.737.739.000.00 (dois bilhões, setecentos e trinta e sete milhões setecentos e trinta e nove mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.370. **Anote-se. Arquivo-se.**

281/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 36.848.363.000.00 (trinta e seis bilhões, oitocentos e quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e três mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.371. **Anote-se. Arquivo-se.**

252/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 33.000.000.00 (trinta e três milhões de cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.372. **Anote-se. Arquivo-se.**

253/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 47.479.795.000,00 (quarenta e sete bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.373. **Anote-se. Arquivo-se.**

305/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 160.722.000.00 (cento e sessenta milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros), ao Orçamento

Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.374. **Anote-se. Arquivo-se.**

255/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 1.917.266.000.00 (hum bilhão, novecentos e dezessete milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.375. **Anote-se. Arquivo-se.**

280/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 761.124.000.00 (setecentos e sessenta e um milhões, cento e vinte e quatro mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.376. **Anote-se. Arquivo-se.**

304/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 1.618.378.000.00 (hum bilhão, seiscentos e dezoito milhões, trezentos e setenta e oito mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.377. **Anote-se. Arquivo-se.**

306/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 1.775.579.000.00 (hum bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.378. **Anote-se. Arquivo-se.**

278/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 1.364.120.000.00 (hum bilhão, trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.379. **Anote-se. Arquivo-se.**

279/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 955.860.000.000,00 (novecentos e cinqüenta e cinco bilhões, oitocentos e sessenta milhões de cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.380. **Anote-se. Arquivo-se.**

233/93: Do Poder Executivo, que autoriza, a doação do imóvel que especifica, ao Município de Farol, para construção de unidades habitacionais, e revoga a Lei n° 9.528, de 08.01.91, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.381. **Anote-se. Arquivo-se.**

277/93: Do Poder Executivo, que cria na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 297 cargos de provimento efetivo, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.382. **Anote-se. Arquivo-se.**

234/93: Do Poder Executivo, que autoriza a cessão do imóvel que especifica, ao

Município de Rolândia, para instalação da Junta de Conciliação e Julgamento no referido município, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.383. **Anote-se. Arquivo-se.**

149/93: De autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública, o CEMPAS - Centro Maripaense de Promoção e Assistência Social, com sede e foro no Município de Maripá, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.384. **Anote-se. Arquivo-se.**

113/91: De autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Alto Piquiri, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.385. **Anote-se. Arquivo-se.**

349/92: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã de Atendimento ao Menor - ACRAM - Lar dos Meninos Nova Era, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.386. **Anote-se. Arquivo-se.**

158/93: De autoria do Deputado Alceu Swarowski, que declara de Utilidade Pública a Associação Rionegrense de Assistência ao Idoso, com sede e foro na cidade de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.387. **Anote-se. Arquivo-se.**

298/93: De autoria do Deputado João Preis, que declara de Utilidade Pública o Conselho Regional da Hidrovia Paraná/Ivaí, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.388. **Anote-se. Arquivo-se.**

262/93: De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que altera a redação do art. 1° da Lei n° 9229/90 que declara de Utilidade Pública, o Centro de Prevenção e Recuperação "O Caminho, a Verdade e a Vida", com sede e foro na cidade de Curitiba-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.389. **Anote-se. Arquivo-se.**

236/93: De autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Jaguariaíva, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.390. **Anote-se. Arquivo-se.**

165/93: De autoria do Deputado Dalton Machuca, que declara de Utilidade Pública a Organização Espírita Cristã Irmã Sheila, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.391. **Anote-se. Arquivo-se.**

153/93: De autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica de Libertação - CEL, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.392. **Anote-se. Arquivo-se.**

411/92: De autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que declara de Utilidade Pública a Cruzada Evangelística Ide e Pregai, no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.393. **Anote-se. Arquivo-se.**

130/93: do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 1994, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.394. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob o n° DTL/SAT/166/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei Complementar n°:

288/93: do PODER EXECUTIVO, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, alterada pela de n° 19, de 29.12.83, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 69. **Anote-se. Arquivo-se.**

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 2610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.07.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

##### REQUERIMENTO N° 2611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 3 (três) sessões, dos Projetos de Lei n°s 39 e 40/93, da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 26.07.93

(a) TOTI COLAÇO

##### REQUERIMENTO N° 2616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja arquivado o Projeto de Lei n° 329/93, de autoria deste Parlamentar, que declara de Utilidade Pública Estadual a A.P.M.I. do Município de QUINTA DO SOL, por estar em duplicidade.

Sala das Sessões, em 26.07.93

(a) TOTI COLAÇO

##### REQUERIMENTO N° 2596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a utilização das dependências do Plenário Waldemar Daros, no dia 19 de agosto de 1993, para a realização de solenidade de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná "post-mortem" ao Senhor LÉO ROBERTO DIEDRICH.

Sala das Sessões, em 26.07.93

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 2609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor ALBERTO GOLDMAN, Ministro de Estado dos Transportes, no sentido de determinar estudos, quando da elaboração do Orçamento Geral da União para o exercício de 1994, para que seja incluída a retomada da construção da nova ferrovia ligando CURITIBA a PARANAGUÁ.

Sala das Sessões, em 26.07.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Pelas ações desenvolvidas pelo Governo do Estado do Paraná, a FERROESTE é hoje um projeto irreversível, o que é auspicioso, por se tratar da ligação do extremo oeste do Estado com o nosso escoadouro principal - o Porto de Paranaguá. Mas, convém observar, que é importante atender a fase terminal de todo o processo de transporte, ou seja, a implantação do novo traçado da ferrovia CURITIBA/PARANAGUÁ em substituição a atual linha férrea.

Entendemos que postergar uma ação que já devia ter sido tomada há alguns anos pode representar um sério prejuízo pela possibilidade de criar mais graves problemas em futuro não muito distante.

Os números em favor da nova ferrovia para o Porto de Paranaguá são irrefutáveis. Basta lembrar que a atual e centenária ferrovia tem uma capacidade máxima de 4 milhões e 500 mil toneladas/ano, quando o nosso porto opera com mais de 12 milhões de toneladas/ano. Isto evidencia a obsolescência do atual sistema de transporte. A nova ferrovia, infelizmente inacabada, foi projetada para mais de 10 milhões de toneladas/ano.

Creemos ser oportuno relembrar que a implantação do novo caminho ferroviário para o histórico litoral, não representará a condenação da atual estrada: a inutilidade. Pequenos comboios poderão continuar utilizando o mesmo caminho, assim como o aproveitamento turístico.

Evidente está que a atual ferrovia secular encontra-se com sua capacidade útil comprometida. Não há porque deixarmos de lutar pela opção mais viável, inclusive

porque restam apenas 40 quilômetros da nova estrada na área da serra, o que vale dizer que a obra está muito próxima do seu final.

A construção da nova ferrovia ligando Curitiba a Paranaguá é uma obra de indiscutível prioridade para o Paraná e para o Brasil, tomando-se como parâmetros as qualidades de produtos agrícolas exportados pelo Porto de Paranaguá.

#### REQUERIMENTO N° 2600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, após ouvido o Plenário, REQUERER que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado pedido de informação sobre os cem (100) maiores salários pagos aos funcionários da SANEPAR, a qualquer título, mesmo as vantagens pessoais - quinquênios, triênios e anuênios - inclusive as constantes na CLT, como também as aplicadas como política de recursos humanos da empresa - convênio de saúde, vale-transporte, vale-alimentação, décimo-quarto salário, caixa complementar de aposentadoria, repasses financeiros à Associação dos Funcionários.

Sala das Sessões, em 26.07.93

(a) HERMAS BRANDAO

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Heinz Herwig, Luiz Henrique Bona Turra, Nei-vo Beraldin, Renato Adur, Eurides Moura, Toti Colaço, Alceu Swarowski, Severino Félix, Oswaldo Trevisan, Djalma de Almeida César, Antônio Annibelli, Duílio Genari, Cleiton Kielse, João Preis e 1 ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Nos dias de hoje muito se fala nos altos salários auferidos pelos Parlamentares Estaduais, sem que contudo se promova uma avaliação comparativa com os salários pagos pelo próprio Estado em suas empresas públicas ou de economia mista.

#### REQUERIMENTO N° 2601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, após ouvido o Plenário, REQUERER que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado pedido de informação sobre os cem (100) maiores salários pagos aos funcionários do PORTO DE PARANAGUÁ, a qualquer título, mesmo as vantagens pessoais - quinquênios, triênios e anuênios - inclusive as constantes na CLT, como também as aplicadas como política de recursos humanos da empresa - convênio de saúde, vale-transporte, vale-alimentação, décimo-quarto salário, caixa complementar de

aposentadoria, repasses financeiros à Associação dos Funcionários.

Sala das Sessões, em 26.07.93

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamiento: Luiz Carlos Zuk, Heinz Herwig, Luiz Henrique Bona Turra, Nei-vo Beraldin, Renato Adur, Eurides Moura, Toti Colaço, Alceu Swarowski, Severino Félix, Oswaldo Trevisan, Djalma de Almeida César, Antônio Annibelli, Duílio Genari, Cleiton Kielse, João Preis e 1 ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Nos dias de hoje muito se fala nos altos salários auferidos pelos Parlamentares Estaduais, sem que contudo se promova uma avaliação comparativa com os salários pagos pelo próprio Estado em suas empresas públicas ou de economia mista.

#### REQUERIMENTO N° 2602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, após ouvido o Plenário, REQUERER que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado pedido de informação sobre os cem (100) maiores salários pagos aos funcionários da COPEL, a qualquer título, mesmo as vantagens pessoais - quinquênios, triênios e anuênios - inclusive as constantes na CLT, como também as aplicadas como política de recursos humanos da empresa - convênio de saúde, vale-transporte, vale-alimentação, décimo-quarto salário, caixa complementar de aposentadoria, repasses financeiros à Associação dos Funcionários.

Sala das Sessões, em 26.07.93

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamiento: Luiz Carlos Zuk, Heinz Herwig, Luiz Henrique Bona Turra, Nei-vo Beraldin, Renato Adur, Eurides Moura, Toti Colaço, Alceu Swarowski, Severino Félix, Oswaldo Trevisan, Djalma de Almeida César, Antônio Annibelli, Duílio Genari, Cleiton Kielse, João Preis e 1 ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Nos dias de hoje muito se fala nos altos salários auferidos pelos Parlamentares Estaduais, sem que contudo se promova uma avaliação comparativa com os salários pagos pelo próprio Estado em suas empresas públicas ou de economia mista.

#### REQUERIMENTO N° 2603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, após ouvido o Plenário, REQUERER que

seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado pedido de informação sobre os cem (100) maiores salários pagos aos funcionários do BANESTADO, a qualquer título, mesmo as vantagens pessoais - quinquênios, triênios e anuênios - inclusive as constantes na CLT, como também as aplicadas como política de recursos humanos da empresa - convênio de saúde, vale-transporte, vale-alimentação, décimo-quarto salário, caixa complementar de aposentadoria, repasses financeiros à Associação dos Funcionários.

Outrossim, requer que tais informações sejam fornecidas através de listagem nominada e qualificada (nome, cargo, função e tempo de serviço).

Sala das Sessões, em 26.07.93

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamiento: Luiz Carlos Zuk, Heinz Herwig, Luiz Henrique Bona Turra, Nei-vo Beraldin, Renato Adur, Eurides Moura, Toti Colaço, Alceu Swarowski, Severino Félix, Oswaldo Trevisan, Djalma de Almeida César, Antônio Annibelli, Duílio Genari, Cleiton Kielse, João Preis e 1 ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Nos dias de hoje muito se fala nos altos salários auferidos pelos Parlamentares Estaduais, sem que contudo se promova uma avaliação comparativa com os salários pagos pelo próprio Estado em suas empresas públicas ou de economia mista.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 341/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O acesso dos filhos dos produtores rurais, ao crédito na instituição financeira estadual para custeio dos seus estudos, com reembolso, a prazo certo, após sua formação profissional, obedecerá o disposto nesta lei.

Art. 2° - Cabe ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, alocar recursos para a concessão do crédito educativo a ser liberado em parcela mensal em número correspondente ao total de meses de realização do curso.

Art. 3° - A concessão do crédito educativo pelo Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, dependerá de avaliação prévia do pedido por uma comissão integrada por um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da Secretaria de Estado da Edu-



ção, da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Banco do Estado do Paraná, na forma que dispuser o regulamento desta lei.

Art. 4º - Entende-se, para efeitos desta lei, como produtor rural, aquele que se enquadrar no artigo anterior.

Art. 5º - O crédito educativo corresponderá ao valor das despesas do beneficiário com a matrícula e a mensalidade escolar.

Art. 6º - O crédito educativo somente será concedido para custear cursos que garantam a formação profissional do filho do produtor rural.

§ 1º - A formação profissional exigida para a concessão do crédito deverá relacionar-se com as atividades produtivas desenvolvidas na comunidade de origem do beneficiário.

§ 2º - No ato da concessão do crédito educativo o beneficiário assumirá o compromisso de aplicar na sua comunidade e pelo prazo mínimo de dois anos, os conhecimentos adquiridos.

Art. 7º - O reembolso do valor financiado pelo Banco do Estado do Paraná - BANESEDO, ocorrerá no prazo de 03 (três) anos, após o término do curso, sendo amortizado em parcelas mensais, no período de até uma vez e meia ao da utilização do crédito.

§ 1º - Incidirão sobre o saldo devedor os seguintes encargos:

- I - 6% ao ano de juros;
- II - 50% da variação do IPC ou outro índice que venha substituí-lo.

§ 2º - O não cumprimento do disposto no art. 6º, § 2º importará no pagamento imediato de todo o valor do crédito educativo, acrescido dos encargos previstos no parágrafo anterior.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.07.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Não há dúvida da importância deste projeto de lei que assegura ao filho do produtor rural a concessão de crédito educativo para garantir a sua formação profissional.

O projeto de lei em análise, estabelece que é o Banco do Estado do Paraná - BANESEDO, a entidade financeira responsá-

vel pela concessão do crédito educativo ao filho do trabalhador rural.

O sacrifício que tem se exigido do trabalhador rural, tem sido por demais penoso. É hora de diminuir as exigências para com aqueles que já deram tanto de si. Agora é o momento dos nossos ilustres Pares emprestarem seu apoio para o desaceleramento do êxodo em direção aos centros urbanos e oportunidades para que estudantes, filhos de pequenos agricultores, tenham num futuro muito próximo, chance de trabalho junto às populações tradicionalmente vinculadas às atividades agropecuárias.

Devemos repensar em conjunto a abertura de espaços destinados prioritariamente para os filhos de pequenos agricultores. Acreditamos que o conteúdo positivo deste projeto de lei estimulará os sentimentos de solidariedade entre os Senhores Deputados e Senhora Deputada desta Casa de Leis, pois reconhecemos que investir no homem do campo é investir no crescimento, na realização e na aspiração do jovem filho do pequeno agricultor porque vem revestido com a coroa da fé, do amor e proteção do ser humano.

#### PROJETO DE LEI Nº 342/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado "Prefeito Doutor Eurico Batista Rosas" o trevo do Posto Presidente, interseção das Rodovias BR-376 e PR-151, na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.07.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa se justifica no reconhecimento que é devido pelo trabalho e vida dedicada em prol do município e do povo de Ponta Grossa e de todo o Paraná, pelo emérito homem público que foi o Doutor EURICO BATISTA ROSAS.

Ponta-grossense, nascido no dia 10 de janeiro de 1915, o Doutor Eurico Batista Rosas era filho de Euzébio Batista Rosas e Maria Joana Rosas.

Residiu na cidade de Ponta Grossa até os 18 anos, onde cursou o primário no Grupo Escolar Senador Corrêa e concluiu o ginasial no Colégio Regente Feijó.

Após, mudou-se para a cidade de Ouro Preto (MG), onde diplomou-se em Engenharia de Minas e Civil.

Depois de exercer sua profissão em Minas Gerais e na Bahia, retornou à Ponta Grossa - em 1945 - onde montou uma empresa



de construção civil.

Foi professor catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, na disciplina de Geografia Física; e da Universidade de Ouro Preto, na disciplina de Matemática.

Iniciou sua vida pública como Vereador do Município de Ponta Grossa, na legislatura de 22.11.1947 a 22.11.1951, tendo sido o mais votado, pela União Democrática Nacional - UDN. Em 1947 foi Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Foi também Prefeito Municipal de Ponta Grossa de 22.11.1959 a 31.12.1962. Dinâmico e empreendedor, Eurico Batista Rosas, além de conseguir equilibrar as finanças municipais - que segundo a história, encontrara deficitária devido a greve dos operários, que não recebiam há mais de 6 meses - pavimentou várias ruas de poliedros e asfalto; construiu galerias pluviais, remodelou cemitérios, recuperou viaturas e modificou o Parque de Máquinas, além de recuperar estradas rurais com a construção de pontes e pontilhões.

Também compuseram a administração municipal de Eurico Batista Rosas obras como a ampliação do serviço de iluminação pública e domiciliar, da rede de água e esgoto e a aquisição de motores e bombas para o serviço de água, entre outras.

Político atuante, profissional da engenharia de minas e civil competente, EURICO BATISTA ROSAS foi convidado pelo Governador Moysés Lupion a trabalhar pelo Paraná, participando do Governo como Secretário de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas.

E como Secretário de Estado, Eurico Batista Rosas não esqueceu de sua terra natal, direcionando muitas de suas ações à Ponta Grossa. Entre elas destacamos: as ampliações dos Grupos Escolares Júlio Theodorico, Professor Collares, Amálio Pinheiro e General Osório; o reinício das obras do Grupo Escolar Amálio Pinheiro e do "Edifício das Faculdades" (hoje Universidade Estadual de Ponta Grossa); a elaboração dos projetos e início das obras do Centro de Saúde de Ponta Grossa; do Grupo Escolar Epaminondas Novaes Ribas; do Ginásio de Esportes Borrel du Vernay; do Parque Estadual de Vila Velha; além da iluminação das Vilas de Ponta Grossa; e até a Colônia Carambeí.

Ainda, entre suas ações como Secretário de Estado, registra-se a conquista de verba para a construção de muros e torres de iluminação do Campo do Guarani (Estádio Joaquim de Paula Xavier) e sua ampliação.

Militante político, Eurico Batista Rosas foi Presidente dos Diretórios Municipais do Partido Social Progressista, do Partido Trabalhista Brasileiro e do Move-

mento Democrático Brasileiro, do qual foi também Presidente do Diretório Estadual e Líder da Bancada na Assembleia Legislativa do Estado.

Deputado Estadual por quatro legislaturas consecutivas (de 1955 a 1958; de 1959 a 1962; de 1963 a 1967 e de 1967 a 1971) foi autor dos projetos que: permitia a participação do corpo docente na escolha dos diretores das escolas estaduais; criava a Faculdade de Ciências Econômicas de Ponta Grossa; criava o Parque Turístico de Vila Velha.

Foi Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa quando Antônio Annibelli e Nilson Ribas eram Presidentes.

Era casado com a Senhora Wilma Batista Rosas e tinha 02 filhos (Nelsa Cunha Souza - casada com Teófilo Cunha Souza e Osmar Batista Rosas - casado com Marilise Batista Rosas), 05 netos e 01 bisneto.

Faleceu no dia 05 de julho de 1993.

#### PROJETO DE LEI N° 343/93

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a União Imbituvense do Bem-Estar do Menor, com sede e foro no Município de Imbituva-Pr.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 26.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

A UNIBEM dá atendimento a 120 crianças carentes da periferia da cidade, na faixa de 07 a 14 anos. Tem por finalidade promover o bem-estar do menor através da aplicação do plano de prevenção da marginalização e outros competentes com seu objetivo.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e tem por finalidade propiciar a criança, meios para o seu próprio sustento, através do cultivo da terra.

Suas atividades são, portanto, das mais nobres, motivo pelo qual pedimos sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI N° 344/93

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Moradores da Vila Sarkis, com sede e foro no Município de Rebouças-Pr.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 26.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação foi constituída legalmente em 17 de maio de 1989, e desde então organiza e realiza eventos com a finalidade de suprir as necessidades dos moradores carentes do bairro. Promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social e econômico além do bem-estar da comunidade.

São atividades nobres que merecem todo o apoio, motivo pelo qual pedimos sua aprovação pelo Soberano Plenário.

PROJETO DE LEI N° 345/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção a Maternidade e à Infância - A.P.M.I. - com sede e foro no Município de Rebouças-Pr.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 26.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

**JUSTIFICATIVA:**

A A.P.M.I. de Rebouças, foi fundada em 25/11/1949 e juridicamente em 15.03.1973. Tem por finalidade a proteção a Maternidade e a Infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e especialmente da gestante; como higiene; assistência médica a criança, a gestante e a nutriz enferma; assistência alimentar, enfim, dar guarida a pessoas reconhecidamente pobres.

Por tratar-se de atividades das mais nobres é que pedimos aprovação pelo Soberano Plenário.

PROJETO DE LEI N° 346/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o PROVOPAR - União Reboucense - Ação Social, com sede e foro no Município de Rebouças-Pr.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 26.07.93.

(a) TOTI COLAÇO

**JUSTIFICATIVA:**

O PROVOPAR - UR (União Reboucense) - Ação Social, com sede e foro na cidade de Rebouças-Pr, é entidade civil, sem fins lucrativos, com finalidade filantrópica no sentido de atendimento a crianças caren-

tes, idoso e o deficiente. Foi legalmente constituído em abril/1992, embora esteja atuando desde há muito.

Suas atividades são, portanto, das mais nobres, motivo pelo qual pedimos sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 347/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Igreja Evangélica Batista Independente de Manguueirinha, com sede e foro em Manguueirinha.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.07.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

De acordo com o Decreto n° 037/93 estamos apresentando o Projeto de Lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Igreja Evangélica Batista Independente de Manguueirinha, com C.G.C. 052558139-15.

Fundada em 20/11/79, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprovada a documentação anexa, procurando dar toda a assistência estabelecida em seus estatutos, contando com apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, e principalmente de sua Diretoria, bem como de todos os segmentos da sociedade local.

A entidade registrada no Cartório de Títulos e Documentos de Manguueirinha, sob n° 16521 do Livro 14 e 14 verso de 25 de outubro de 1979 conforme documentação anexa.

Seu estatuto por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

A Igreja Evangélica Batista Independente de Manguueirinha, não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções, não tem fins lucrativos, não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o superavit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente Plano de Lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI N° 348/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o Centro de Promoções

Humanas São Carlos de Paula Freitas, com sede em Paula Freitas e foro na Comarca de União da Vitória.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.07.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

De acordo com a Lei nº 405/93 de 29/06/93 estamos apresentando o Projeto de Lei que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Promoções Humanas São Carlos de Paula Freitas, com sede em Paula Freitas e foro na Comarca de União da Vitória, com C.G.C. 78.170.214/0001-01.

Fundada em 7 de maio de 1979, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência estabelecida em seus estatutos, contando com o apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, e principalmente de sua Diretoria, bem como de todos os segmentos da sociedade local.

A entidade devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de União da Vitória, sob nº 258 do livro A-1 em 28 de julho de 1984 conforme documento anexo.

Seu estatuto, por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

O Centro de Promoções Humanas de Paula Freitas, não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções, não tem fins lucrativos, não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o superávit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente Plano de Lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Horário das Lideranças.

PPI, PTB, PFL, PP, PL.

**Declinam.**

PT.

Com a palavra Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Após mais de um mês sem reajuste salarial os servidores públicos foram contemplados, entre aspas, com uma reposição de 25 no mês de julho quando a inflação andou por cerca de 30%. O Senhor Governador também divulgou que o reajuste de agosto será de 20% quando a inflação será superior,

provavelmente, a 30%. Esta tem sido a postura do Governo do Estado em relação ao servidor público o de achatamento salarial, acarretando, na administração Roberto Requião, mais de 100% de perdas salariais.

A lei aprovada por esta Casa foi um cheque em branco dado pelo Senhor Governador, cheque esse que ele tem colocado e deixado bem aquém do que aquilo que se dizia na lei quando colocava a necessidade de dar reajuste perto ou igual ao do INPC. No entanto, em cima dos palanques o Governador faz a demagogia, como outro dia em frente ao Palácio Iguaçu na manifestação Chapa Branca, ao dizer que não é possível que professores passem fome. Foi dito por ele, quando é possível, sim, que estejam passando fome quando dá esse tipo de reajuste salarial. E diz ele, também, que não pode haver o sacrifício do policial, do professor, e do profissional liberal diante dessa abundância de um salário incrível de um magistrado.

Nós entendemos que o salário do magistrado não é tão incrível como se diz, mas dos servidores são salários miseráveis, são salários que não dão para atender todas as necessidades básicas desses trabalhadores. E também naquela manifestação Chapa Branca na qual os servidores foram convidados a abandonar o local do serviço para ir dar apoio ao Governador, para ir aplaudí-lo. Ele trata isso de maneira diferente como tratou no dia 1º de junho, quando os mesmos servidores, de salários achatados, de salários de fome, paralisaram os serviços para uma manifestação pública e de protesto contra essas perdas salariais.

Enquanto para vir nesta manifestação, que mobilizou os ônibus pagos pelos prefeitos do interior, que gastou o dinheiro, provavelmente, já do transporte escolar, cuja emenda constitucional foi votada aqui, e os ônibus-escolar já se encontravam nessa praça cívica, naquele dia, transportando as pessoas do interior.

Esses funcionários foram dispensados para virem aqui, mas no dia em que protestaram em ato público pelo reajuste, foram punidos com a suspensão e o desconto em pagamento por três dias, ou seja, para aplaudí-lo, é dispensado do serviço; para lutar pelos seus direitos, é perseguido e tem seus vencimentos descontados.

Nós queremos que o discurso não seja diferente da prática, que se alguém sobe palanque para dizer que não pode atender uma categoria porque o restante está sofrendo as consequências, deve-se fazer com que isto se dê na prática; que se não se atende a uma categoria, que se atenda pelo menos às demais, mas não fazendo esse aviltamento salarial que ele está fazendo, esse achatamento nos salários dos servido-

res públicos estaduais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Com a palavra o Nobre Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Venho à Tribuna desta Assembléia na tarde de hoje para registrar o nosso agradecimento a todas as lideranças do Paraná, especialmente aos Senhores Prefeitos, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados, às lideranças comunitárias, sindicais, a imprensa do meu Paraná - rádios, jornais e televisão - que souberam viver e viver com muita intensidade, na semana que passou, o momento histórico do Paraná. Foi vivido esse momento com muito espírito cívico, com muita responsabilidade. O Paraná conseguiu atravessar uma crise político-administrativa e repor no Governo o seu legítimo mandatário, eleito pelo povo do Paraná, o Governador Roberto Requião.

Esta Assembléia, no momento oportuno, soube reunir-se e foi um desaguadouro, foi um estuário, foi o elemento poder de equilíbrio nessa travessia deste momento histórico.

Dentre, Senhor Presidente e Senhores Deputados, todos aqueles que participaram desse momento cívico - prefeitos, vereadores, lideranças, Deputados - algumas pessoas, pelo cargo que ocupam fortificaram-se nessa atividade. Nós nos lembramos do Vice-Governador Mário Pereira que, com a sua responsabilidade do momento, soube dizer ao Paraná e ao Brasil que o Governador Legítimo do Paraná era de fato, como é de fato, o Governador Roberto Requião.

Desde os primeiros momentos o vice-Governador Mário Pereira se reuniu e juntamente com outras lideranças, com Secretários de Estado e tendo também como um dos coordenadores o Secretário da Agricultura, Osmar Dias, comandaram o trabalho de defesa do Paraná.

E esta Casa também Senhor Presidente e Senhores Deputados, não ficou alheia aos acontecimentos. Convocada pelo seu Presidente - Orlando Pessuti, esta Assembléia disse presente, desde o primeiro momento, aqui manteve uma vigília cívica em defesa dos interesses maiores do povo do Paraná. E o Presidente desta Casa, Orlando Pessuti, desde o primeiro momento presente em Curitiba, desde o sábado, da reunião de domingo, das reuniões que se seguiram na

segunda e na terça-feira, na recepção ao Senhor Governador na 4.<sup>a</sup> feira no aeroporto, ali também ele se fez presente juntamente com muitos Deputados desta Casa.

E por vezes o Senhor Presidente Orlando Pessuti foi questionado deste Plenário por que não assumia o Governo e ele reiterava, daquela mesa, que o Governo pertencia ao Governador Roberto Requião, que lá o governo estava sendo bem representado pelo Governador em exercício Mário Pereira que cumpria a sua interinidade até a volta de Requião. Mas, ainda, alguém voltou à carga com o Presidente, e dizia: "Mas, Presidente, então tem que vir aqui o vice-governador tomar posse perante esta Assembléia como ocorreu em Brasília com o vice-presidente Itamar Franco". E, naquela ocasião, me lembro, o Presidente Orlando Pessuti - mais uma vez foi incisivo, foi claro na sua posição e disse: "Lá em Brasília houve renúncia de cargo. Aqui, no Paraná, nós temos um governo interino aguardando a volta do Governador Roberto Requião."

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, no momento em que nós estamos nesta tribuna para agradecer o povo do Paraná pela sua demonstração cívico-patriota em defesa do Paraná, alegrando-se com a volta do Governador Roberto Requião, nós queremos também reiterar o nosso agradecimento à imprensa, aos Senhores Prefeitos de todo o Paraná, Vereadores, lideranças comunitárias, lideranças sindicais, aos Senhores Secretários de Estado, a todas as pessoas que participaram deste momento histórico e registrar o comportamento exemplar desta Assembléia Legislativa comandada pelo Presidente Orlando Pessuti, que soube administrar o momento difícil que vivemos na semana passada e a nossa alegria por ter no Paraná restabelecida a normalidade com volta do Governador Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em n° de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Antônio Anni-

belli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 112/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Xambê, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Isenta de ICMS veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 039/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir até 7% o ICMS, incidentes na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei n° 039/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 040/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização do ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 08, de 02.03.93)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 040/93

P A R E C E R:

O ilustre parlamentar propõe projeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS incidente na comercialização de ferro, utilizado na construção de moradias populares, neste Estado.

Analisada a matéria, a mesma encontra-se em conformidade com a legislação que disciplina a matéria, opinando para tanto, pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 040/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Toti Colaço, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS incidente na comercialização de ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

Procedida a análise legal da presente proposta, nada encontramos que possa impedir a sua tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO PREIS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei n° 040/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 043/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes ao Município de Paranaguá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 08, de 02.03.93.)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 043/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir o HOSPITAL INFANTIL DOUTOR ANTONIO FONTES, ao Município de Paranaguá.

Analisado sob o aspecto constitucional, observa-se que o mesmo atende plenamente às exigências legais, estando, conseqüentemente, devidamente correto.

Eis que, por essas razões, o parecer lhe é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 043/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Louren-

go Fregonese, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir o "Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes" ao Município de Paranaguá.

O presente, tendo sido analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável, estando em condições de ser apreciado em plenário.

No âmbito desta Comissão, o referido projeto não incorre em qualquer óbice.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e a posterior aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 043/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Lourenço Fregonese, o presente plano de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transferir o Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes, ao Município de Paranaguá.

Analisada a proposta pela douda Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Esta Comissão em análise ao mérito do referido projeto, não encontrou qualquer óbice que possa impedir a tramitação normal do presente.

Nestas condições, opinamos favorável a aprovação deste plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 043/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transferir ao Município de Paranaguá, o Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes, pertencente ao Instituto de Saúde do Paraná, incluindo-se nesta transferência seus bens imóveis e semoventes.

A matéria foi analisada anteriormente nos pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Saúde Pública, que pronunciaram-se favoráveis à aprovação da mesma.

Neste sentido, esta Comissão Técnica, chamada a opinar, vem seguir o entendimento das Comissões supracitadas, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
NEIVO BERALDIN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 127/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Autoriza o chefe do Poder Executivo Estadual a reduzir em 3% (três por cento) da alíquota do ICMS às empresas do Paraná que realizem publicações de livros escolares para serem distribuídos gratuitamente nas escolas do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E. **Aprovado** (Publ. no D.A. n° 32, de 14.04.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 127/93

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, tem por objetivo autorizar o Chefe do Poder Executivo Estadual a reduzir em 3% (três por cento) da alíquota do ICMS às empresas do Paraná que realizem publicações de livros para serem distribuídos gratuitamente nas Escolas do Paraná.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição, ressaltando-se o seu aspecto autorizatório e o seu relevante interesse público, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do doudo Plenário desta Casa.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável a proposta, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 127/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, objetiva autorizar o chefe do Poder Executivo Estadual a reduzir em 3% (três por cento) da alíquota do ICMS às empresas do Paraná que realizem publicações de livros escolares para serem distribuídos gratuitamente nas escolas do Paraná.

Sobre a matéria já existem os pronunciamentos favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Educação.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI N° 127/93

## P A R E C E R:

O plano de lei logrou parecer favorável da C.C.J..

No âmbito dessa comissão, há de destacar-se o elevado espírito social voltado especificamente à Educação, Ensino e Corpo Discente dos Educandários paranaenses.

Nestas condições, não vemos qualquer óbice à normal tramitação do projeto de lei, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 24.06.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sobre a mesa, Requerimento n° 2610, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2616, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2596, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2600 a 2603, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Henrique Bona Turra, Neivo Beraldin, Renato Adur e demais Senhores Deputados, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2609, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2579, de autoria do

Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

O SR. OSWALDO TREVISAN - Estamos votando contra o requerimento, portanto, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa irá proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. 17 (dezesete) Senhores Deputados não aprovam.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se, por gentileza. 06 (seis) Senhores Deputados aprovam.

Não há quórum para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento n° 2590, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 534/91.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 043 e 127/93.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 112, 150, 163, 201, 202, 207, 217, 220, 224, 227, 228 e 264/93.

Levanta-se a sessão.